





SOCIEDADE

A REFORMA DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

AS MUDANÇAS NO ENSINO PROPICIAM UM CONFRONTO NA ASSEMBLEIA NACIONAL ENTRE REFORMISTAS E «SOLDADOS DE 26».

ALBÉRICO AFONSO COSTA

No ano de 1947 há um debate marcante na normalmente insípida Assembleia Nacional sobre a Reforma do Ensino Técnico Profissional. Mas afinal que tinha esta reforma de especial para provocar o desentendimento entre os apoiantes da governação de Salazar?

Para entendermos esta dissidência temos de recuar um pouco no tempo.

No início dos anos quarenta, começam a aparecer sectores do regime que consideram que a estrutura do sistema educativo montada pelo Estado Novo estava a revelar-se inadequada para as novas necessidades enunciadas pelo sistema produtivo.

É da parte dos directores das escolas técnicas e também das associações empresariais que vêm os sinais mais insistentes e os alertas mais continuados para a necessidade de se proceder a alterações neste subsistema de ensino, que se encontrava num estado de profunda degradação.

Desde 1941 que existia uma comissão com o fim de estudar as condições do ensi-

no técnico e propor a sua revisão. Mas vai ser de facto a conjuntura do pós-guerra que proporcionará um novo fôlego à reforma do ensino técnico e permitirá aos seus autores a legitimação legislativa e a sua implementação no terreno.



O MINISTRO da Educação Nacional, Fernando Pires de Lima, lendo o seu discurso no acto de posse do novo director-geral interino do ensino liceal, Francisco Prieto, em 27 de Junho de 1947. Ao lado, exames do ensino secundário em 1941.



ALUNOS concentrados nos exames da instrução primária no distrito escolar de Lisboa, em 1941.

As especificidades curriculares e pedagógicas da reforma

Os estudos preparatórios da reforma, alguma da legislação que a suporta, a fundamentação de alguns dos programas do novo currículo e até declarações públicas de políticos ligados à educação revelam-se surpreendentes pelas implícitas (ou mesmo explícitas) declarações, que se distanciam do pensamento pedagógico nacionalista.

Os reformadores de 1948 vão tentar evidenciar que são portadores de um novo

credo pedagógico, inovador e adaptado aos novos tempos de mudança, que também aqui na área pedagógica se pressentem.

A reforma chega a ser apresentada como «uma autêntica revolução pedagógica». O ideário pedagógico que os seus autores perseguem é claramente inspirado nas perspectivas da «educação nova».

Também ao nível da estrutura curricular há um conjunto de alterações significativas. O aspecto que mais se destaca prende-se com a criação de dois graus para



DGARO/CPF

de 1930-31, com destaque para a criação dos seguintes cursos no âmbito do ensino industrial e comercial: Formação, que incluía o ciclo preparatório e mais três anos de especialização técnica para os estudantes diurnos; Aperfeiçoamento, para trabalhadores estudantes, em regime nocturno de duração de 6 a 8 anos, sendo obrigatória a 4.ª classe; Mestrança, para quem já possuísse um curso industrial e mais de três anos de profissão, ou ainda para oficiais habilitados com a instrução primária e 8 anos de prática oficial; Aprendizagem, ministrado em simultâneo com a iniciação profissional em oficinas e fábricas, destinado a quem tivesse a 4.ª classe; Preparação, para o acesso aos Institutos Comerciais e Industriais, com a duração de 1 e 2 anos respectivamente, sendo obrigatório ter o curso de formação; finalmente os cursos das oficinas anexas, onde era ministrada formação profissional, por vezes para crianças a partir dos 6 anos, não sendo necessário ter a 4.ª classe.

A natureza de alguns dos novos cursos propostos integra uma tentativa de adequação às necessidades de industrialização que se anunciavam, havendo uma predominância de cursos na área da metalomecânica e electricidade.

O debate na Assembleia Nacional entre reformistas e «soldados de 26»

Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1947, a proposta de lei n.º 99 vai ser discutida, votada e aprovada na Assembleia Nacional. No hemiciclo de então vão contracenar as diferentes sensibilidades da família política que se reclamava «da milagrosa administração e gerência financeira dos Governos da Revolução Nacional».

este tipo de ensino: um 1.º grau constituído por um ciclo preparatório elementar, considerado um momento de pré-aprendizagem, incluindo uma formação geral com características sócio-culturais, com a duração de dois anos; um 2.º grau de formação constituído por cursos de aprendizagem, de formação e aperfeiçoamento profissionais, com a duração máxima de 4 anos.

Para além do ciclo preparatório, a reforma integra um conjunto de alterações curriculares face à reforma do ensino técnico

Para evitar que a mobilidade social se pudesse operar através dos mecanismos escolares, o Estado Novo aproveitava e aprofunda as desigualdades entre o ensino liceal e o técnico-profissional. O primeiro destinava-se às classes médias e altas; o segundo tinha como destinatários as classes populares.

Formar «um operário (...) sem o real conceito da sua profissão» era o mesmo, na perspectiva de Moura Relvas, um dos mais ácidos detractores da existência deste ciclo, que criar um subversivo em potência.

A análise dos debates referentes à proposta de lei da reforma do ensino técnico propicia um mergulho ao interior profundo do Estado Novo, uma visita à sua grande montra ideológica, onde os deputados, um após outro, apresentam as suas posições, expõem os seus receios ou lançam retóricos apelos a forças sociais ausentes.

Das diferentes correntes que se opõem no debate, e cujas fronteiras nem sempre são claras e demarcadas, podemos encontrar duas perspectivas fundamentais que, pela sua indisfarçável oposição, se vão revelar de difícil harmonização: uma que pretende que a proposta de lei seja aprovada, sendo certo que essa aprovação deve ainda revestir alguma urgência, e outra, que integra a velha guarda, os autodenominados «soldados de 26» [por referência ao 28 de Maio de 1926], a direita imobilista, para quem a proposta de lei deve aguardar melhores dias.

Encontramos assim, de um lado, e maioritariamente representados, os sectores reformistas, que clamam pela necessidade e urgência de fazer coincidir a marcha do ensino técnico-profissional com a da industrialização do País, traçando paralelismos claros entre a proposta em discussão e a lei do fomento industrial que a mesma Assembleia em momento anterior havia já votado. Marques de Carvalho é, aliás, o relator da Comissão de Educação Nacional e é nessa qualidade que abre o debate na generalidade. Do outro lado, os que se opõem à reforma, principalmente por ela integrar uma formação propedêutica de âmbito sócio-cultural, considerada desnecessária e até perigosa para alunos do ensino técnico.



A grande dissidência – o ciclo preparatório pré-profissional

Será exactamente sobre o perigo que uma componente de formação geral com características sócio-culturais poderia configurar num currículo que se destinava a formar operários que a discussão parlamentar subirá de tom, com o debate a assumir alguma indisfarçável acidez. Referimo-nos à introdução de um ciclo preparatório, preconizado pela reforma, que deveria representar um «vestibulo de acesso a todas as



DGARQ-CPF

escolas secundárias», com a duração de dois anos e onde seriam leccionadas disciplinas afins às dos currículos liceais.

A leccionação de Português, Geografia, História e Canto Coral, entre outras, será considerada absolutamente inaceitável pelos sectores conservadores.

Formar «um operário (...) sem o real conceito da sua profissão» era o mesmo, na perspectiva de Moura Relvas, um dos mais ácidos detractores da existência deste ciclo, que criar um subversivo em potência, um

ente estranho sem o conhecimento das virtudes da humildade e da obediência.

Este orador dirá ainda: «Os rapazes saídos das nossas escolas têm características hereditárias, familiares, mesológicas, educativas e económicas diferentes e próprias, sendo, portanto, natural que procurem seguir na vida diferentes caminhos.» O deputado Moura Relvas não se ficará por estes argumentos de natureza eugénica, mobilizando outros de raiz semelhante. Considerará escandaloso um ciclo prepa-

ALUNOS do 4.º ano do Liceu Gil Vicente, em Lisboa, de visita às instalações de O Século, em 1947.



DGARQ-CPF

DISTRIBUIÇÃO de prémios aos alunos mais distintos do ano 1944-45 no Instituto Industrial de Lisboa, numa festa integrada na Semana das Colónias.

ratório com a duração de dois anos, onde seriam leccionadas matérias de carácter geral, dado que tal equivaleria a «fazer do operário um estudantinho sem o real conceito da sua profissão». Note-se como o diminutivo «estudantinho» pretende escarnecer e humilhar o suposto desacerto de posição social do estudante adaptada à condição de operário.

O parlamentar revela a musa inspiradora das suas críticas, referindo explicitamente o documento em que alicerça as suas perspectivas e preferências; esse documento é o relatório do italiano Eng. Rava, ínsito nas actas do Congresso Internacional do Ensino Técnico de 1936, em Roma.

Estávamos em 1947, num pós-guerra ainda dilacerado pelas feridas profundas que o conflito mundial havia provocado.

O fascismo era apostatado por toda a Europa que queria a todo o custo esquecer, ultrapassar, apagar a memória ignominiosa recente.

Portugal permanecia tapado pelo biombo censório, ainda que pressentindo a mudança, apenas por ecos laterais a que tentava habituar o ouvido.

Em 1947 na Assembleia Nacional, imperava ainda, nalguns dos seus mais prestigiados sectores, o medo da mudança, a luta sem tréguas contra a mobilidade social, o combate pela cristalização e fossilização dos papéis e estatutos sociais. E não se pense que estes temores e estas cautelas advêm apenas da direita mais imobilista. Mesmo dentro dos chamados sectores industrialistas que querem inovar, investir no futuro, mudar o rosto da produção em

Portugal, existe um irreprimível receio de que o texto em análise fosse promover, ainda que timidamente, qualquer espécie de trampolim social para aqueles a quem a reforma se dirigia.

Os discursos sucedem-se, tendo todos eles, porém, vários denominadores comuns.

Mobilidade social versus mobilidade territorial

Um outro traço que aparece desenhado de forma perfeitamente contínua e horizontal refere-se à assumida e consonante preocupação de esta proposta não alimentar sonhos de uma subida de estatuto social por parte daqueles a quem a reforma se destinaria. De igual modo, ao legislar-se incluindo pela primeira vez o ensino agrícola como vertente do ensino técnico-profissional, ter-se-á em conta a absoluta necessidade de manter o Portugal rural bem afastado das luzes sedutoras das cidades, havendo inclusivamente referências várias aos «males do urbanismo».

As diferentes sensibilidades políticas vão colocar estes objectivos acima de todas as questões que eventualmente as possam dividir. Mesmo em relação à existência do ciclo preparatório, que tanta celeuma levantou e a que Moura Relvas terá chamado o «ensino da rasoira», pela introdução naquele ciclo de conteúdos de formação geral («está claro como a água que figura lá um programazinho do Liceu»), os reformistas, que chamaram a si a defesa desta proposta, não vão de algum modo fazer a defesa da necessidade da elevação cultural do povo português, colocando sempre a tônica no aspecto pré-profissional desses dois anos prévios de ciclo preparatório. A defesa elitista do *statu quo* social, da pirâmi-

de hierárquica classista, do «não vá o sapateiro além da chinela» perpassa, de forma nítida, sem excepções, a Assembleia. Todos têm a noção de que o que está em causa, não é um ensino «neuro» destinado a jovens, independentemente da sua origem social. Todos têm a noção clara de que o ensino em análise se destina àqueles que há que manter no preciso e exacto ponto em que se encontram estatutariamente colocados na sociedade portuguesa.

Querubim Guimarães apontará, assim, a necessidade de os alunos se fazerem «operários capazes, mestres e contra-mestres que depois sirvam melhor», chamando temerosamente a atenção para a «onda de diplomados que de posse do diploma, por insignificante que seja, pretende logo elevar-se à categoria de doutores».

Referindo-se à frequência do ciclo preparatório, Ribeiro Cazaes dirá que o aluno «vai aprender disciplinas teóricas como um doutor» advertindo que após isso «o que não chegará é a ser operário».

Uma outra dimensão desta empenhada resistência unânime à mutação da ordem social prende-se com a defesa do Portugal agrário, que será uma constante preocupação de todas as intervenções.

Maria van Zeller articulará a defesa do ruralismo com a defesa da célula base da sociedade, a família. Defenderá que a mulher deveria receber, nos meios rurais, «uma instrução especializada, a fim de, sem sair da sua casa, ou próximo dela, poder dedicar-se a actividades mais ou menos compensadoras para a economia do agregado social a que pertence». E continuará a sua intervenção questionando «porque não havemos de prender às suas terras,

Em 1947 na Assembleia Nacional, imperava ainda, nalguns dos seus mais prestigiados sectores, o medo da mudança, a luta sem tréguas contra a mobilidade social, o combate pela cristalização e fossilização dos papéis e estatutos sociais.

Referindo-se à frequência do ciclo preparatório, Ribeiro Cazaes dirá que o aluno «vai aprender disciplinas teóricas como um doutor» advertindo que após isso «o que não chegará é a ser operário».

para um maior e melhor desenvolvimento das indústrias locais, essas mulheres que, em busca de um trabalho ou de diplomas que de futuro pouco ou nada lhes renderão, acorrem às cidades e que ali poderiam contribuir grandemente para a economia nacional?» Finalmente, como que profetizando, aposta na grandeza do futuro português: «Quando o regionalismo conseguir prender seriamente às suas terras grande número de mulheres que hoje se perdem pelas cidades em trabalhos nem sempre lucrativos.»

A oposição ao regime

Para além do debate na Assembleia Nacional, também os sectores oposicionistas se vão pronunciar em relação à reforma em curso.

A candidatura de Norton de Matos à Presidência da República e o PCP vão ser extremamente críticos face ao novo modelo de ensino técnico que a reforma irá propor.

Sob o título «O Ensino Industrial e Comercial» e sub-título «Estudo crítico sobre uma recente reforma», a candidatura de Norton de Matos elabora um pequeno livro de cerca de 60 páginas, onde dissecar em tom quer pedagógico quer propagandístico, mas intransigentemente crítico, todo o conteúdo da reforma.

É necessário ler este documento à luz da época e do contexto político em que é produzido. Há a necessidade absoluta por parte dos seus autores de denunciar e enfatizar os aspectos mais linearmente ideológico-políticos desta reforma. Os traços fundamentais desta análise reportam-se à completa ideologização do ensino técnico, que a reforma, entendendo-se esta como a Lei de Bases e o Estatuto, irá proporcionar.

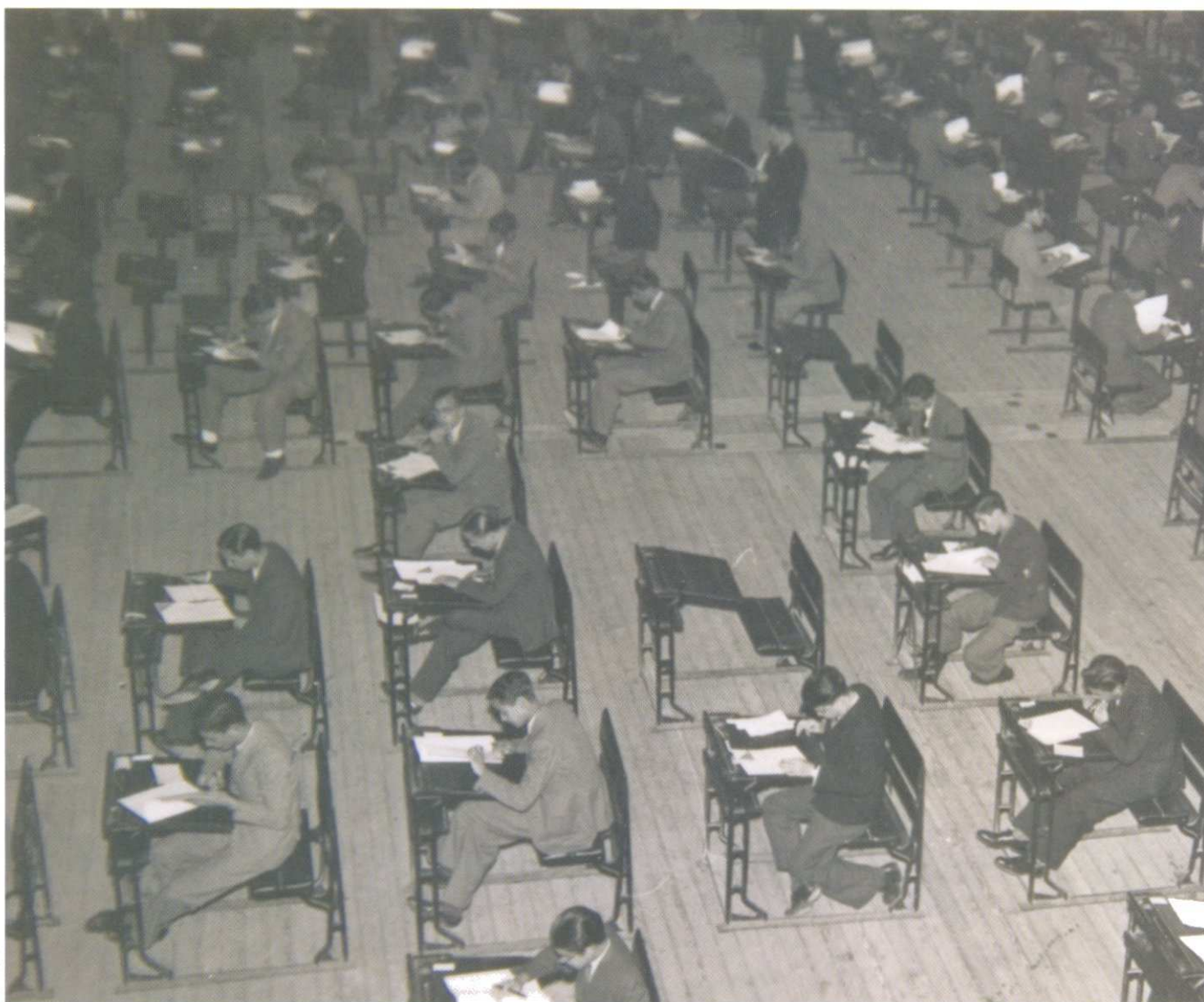
E deste modo os seus autores referem que o núcleo central das intenções dos legisladores é a «legalização da fascização do ensino», através da «coacção política e pressão religiosa», referindo ainda que «com esta reforma torna-se obrigatória a inscrição na Mocidade Portuguesa, tentando-se assim salvá-la da derrocada a que estava sendo conduzida pelo desprezo a que era votada pelos alunos». Os autores alegarão também que a nova legislação pretende fazer «recair sobre os alunos os principais encargos de manutenção da escola aumentando as propinas e criando taxas sobre os livros de estudo (livro único)».

O PCP, através do jornal *Avante!*, considera a reforma do ensino técnico «um atentado contra a juventude e a nação». O tom utilizado é abertamente propagandístico, aí transparecendo as mesmas ideias-chave que tinham presidido à elaboração do «Estudo Crítico» da Comissão de Candidatura de Norton de Matos. De novo aparece a crítica à regressão que a reforma significaria para o ensino nocturno, bem como, e com algum realce, a falta de perspectivas que ela encerraria para as raparigas, cortando-lhes o acesso a uma profissão fora do tradicional campo feminino, o que as manteria na ignorância e no atraso.

Por tudo isto o *Avante!* considera que «a reforma do ensino técnico recentemente publicada constitui um crime contra a nação», apodando-a ainda de «reforma antinacional», e um «atentado contra a juventude portuguesa».

Adaptação condicionada à modernidade

Em síntese, podemos concluir que as opiniões que se terçam na acústica da Assem-



DGARQ-CPF

bleia Nacional sustentam projectos e estratégias distintas de desenvolvimento. As duas grandes correntes que atravessam a discussão na AN têm propostas de percursos diferentes e, mais do que isso, divergentes para o Portugal do pós-guerra. Contudo, há uma plataforma mínima de entendimento que permanece intocável a nível do universo dos valores estado-novistas, e em torno da qual se cerram fileiras

num esforço de coabitação, se não fraterna pelo menos urbana.

O debate parlamentar em torno da reforma vai ser indiciador das tensões, divergências e lutas políticas dentro do regime, em que o grande objecto de litigância é o desenvolvimento, ansiado assumidamente por uns e claramente rejeitado por outros.

Apesar da dissonância de objectivos, os deputados reformistas usarão na Assem-

ALUNOS DO ENSINO *secundário prestam exames no ginásio de um liceu, em 1 de Julho de 1939.*

A «absorvente preocupação» do elogio do chefe

Ainda que as motivações das diversas sensibilidades representadas na Assembleia Nacional sejam diferentes e as críticas subsistem de tom em sectores da elite política que até então funcionava como a aorta do regime, o elogio unânime ao Governo e especificamente ao seu chefe é uma constante a nível de todos os sectores. É a plataforma mínima em que todos se reconhecem. As incessantes referências à «Revolução Nacional», a citação de frases e excertos de discursos de Salazar, o tom gongórico utilizado pelos oradores quando a ele se referem, consubstanciam uma permanente postura de reverência e uma idolatria por vezes incontida, como é o caso de Ribeiro Cazaes que, auto-denominando-se «um soldado de 26», bradará a meio do debate: «Estou com Salazar contra tudo e contra todos.» Ribeiro Cazaes votará contra a proposta de lei em discussão, convencido de que fazendo-o estaria a obedecer ao pensamento do seu chefe.

Legitimará a sua intervenção invocando «trinta anos de vida limpa, trabalho honrado de isenção e sacrifício de prudência e sensatez».

Este deputado corporizará, aliás, de forma clara, a posição da direita mais imobilista, que se sente de alguma forma ameaçada pelos projectos apresentados no hemiciclo. Começará por discriminar as razões da sua discordância alegando que «a marcha revolucionária no que respeita à Educação Nacional está longe de satisfazer as aspirações dos homens do 28 de Maio».

Não explicitando nunca de que aspirações se trataria, o orador refere ainda num tom que

roça a ameaça «os soldados de 26 (...) têm ainda o pulso rijo e chegam bem para garantir o progressivo labor da revolução».

Sousa Pinto, da ala reformista, referindo-se também a Salazar: «A nação nunca soube agradecer suficientemente aos homens que nos governam». Ou ainda: «É de Salazar a afirmação de que se não se adoptam soluções precipitadas é para não comprometer soluções definitivas.»

Proença Duarte tecerá elogios «à magnífica actuação do Governo português», cuja «obra tem sido intensa, proficua e útil».

Um a um, os oradores de todos os quadrantes enfatizam a sua admiração, o seu apreço, a sua inultrapassável lealdade àquele que, ausente, se revelará, no entanto, omnipresente num hemiciclo em que uns tentavam agarrar o tempo que anunciava a mudança e parecia fugir-lhes por entre os dedos e outros tentavam empurrá-lo para a frente como se estivessem diante de um peso morto. /A.A.C.



NA ESTAÇÃO do Rossio aguarda-se a chegada do marechal Carmona da sua viagem ao Porto (12-2-1949).

DGARQ-CPE



DGARQ-CPF

bleia de uma diplomática contenção de discurso, defendendo a reforma, sem proceder ao ataque dos que contra ela se revelam, e com eles acordando nos princípios básicos do regime. Não fazem propriamente grandes cedências, mas acalmam medos e pacificam rancores. Só assim a reforma passaria.

Por entre críticas à esquerda e à direita e proclamações entusiásticas, a reforma verá publicado no *Diário do Governo* o seu Estatuto nos finais de 1948 (por isso ficará conhecida como a Reforma do Ensino Técnico de 1948), com sete anos de preparação, discussão e urgência. O ritmo dolente do salazarismo ia contudo transportando a mudança. Uma mudança vigiada, mas mudança.

Se não podemos considerar que esta reforma tenha sido a revolução pedagógi-

ca anunciada pelos reformistas, que abria novos e ridentes caminhos para a juventude operária de então, a reforma de 1948 não foi tão pouco, como advogavam as vozes da oposição, mais uma pedra na «fascização do ensino». Foi a reforma possível gerada no interior do Estado Novo, espelhando a forma específica como a adaptação, neste caso do ensino técnico-profissional, à modernidade económica e industrial se ia podendo fazer no quadro complexo de equilíbrios entre o desenvolvimento e a conservação dentro do regime: sem rupturas políticas e ideológicas frontais com as tradicionais representações da ordem, esconjurando os perigos com a reedição de velhas retóricas ideológicas, prevendo eventuais derrapagens com um férreo centralismo administrativo.

A PRIMEIRA lição de Matemática, ministrada pelo Dr. Silva Cardoso a uma turma, em 1947.